

Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 13.031 - BA (2019/0297840-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ADVOGADOS : ROBERTO VILELA FRANÇA - GO021876
GUILHERME VILELA PATO REZENDE - GO036842
LUIZ ALBERTO MAGUITO VILELA - GO003106
JOAO PAULO QUIRINO SILVA - GO050010
ELIANA DE SOUZA FERREIRA - SP274776
REQUERIDO : PROMED COMERCIAL LTDA
REQUERIDO : JOSE VASCONCELOS PORCIUNCULA
REQUERIDO : MARIA LUCIA DO NASCIMENTO SILVA PORCIUNCULA
ADVOGADO : PAULO SERGIO KALIL SILVA - BA034768

DECISÃO

Trata-se de petição ajuizada por PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, sustentando, em suma, que a medida constitui via processual idônea para concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto, enquanto não houver juízo provisório de admissibilidade na origem.

A fim de demonstrar a plausibilidade do direito, aduz que houve erro na contagem do prazo decadencial da ação rescisória examinada pela Corte de origem. Por sua vez, aduz presente o *periculum in mora*, porquanto como o trânsito em julgado do título judicial, os credores poderão no processo executivo levantar os valores que lhe são devidos.

Pugna, por fim, pela concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto, o qual encontra-se pendente de admissibilidade na origem.

É o relatório.

Decido.

O pedido não merece ser conhecido.

1. Inicialmente, destaca-se que a competência do Superior Tribunal de Justiça, para conhecer de pedido de tutela provisória em recurso especial, **somente se instaura após o exercício do juízo de admissibilidade pelo Tribunal de origem**, conforme regra inserta no art. 1.029, III, do CPC/15, *in verbis*:

Art. 1.029 - [...] § 5º. O *pedido de concessão de efeito suspensivo* a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido:

I - ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

II - ao relator, se já distribuído o recurso;

III - ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037.

A referida orientação normativa é adotada pela jurisprudência desta Corte Superior, orientada no sentido de que a competência do Superior Tribunal de Justiça para

Superior Tribunal de Justiça

apreciar requerimentos de tutela provisória **somente se inicia após a publicação da decisão de admissibilidade do recurso especial.**

A título ilustrativo, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO. TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL. **PENDÊNCIA DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.** MANUTENÇÃO DE POSSE. LIMINAR INDEFERIDA. POSSE INJUSTA. INVASÃO DO IMÓVEL PELOS ORAS AGRAVANTES. CIRCUNSTÂNCIA APURADA PELO TRIBUNAL 'A QUO'. TERATOLOGIA. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Competência do Tribunal de origem para apreciar pedido de tutela provisória referente a recurso especial pendente de admissibilidade, 'ex vi' do art. 1.029, § 5º, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015. 2. Inocorrência de teratologia no acórdão recorrido. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no TP 41/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO. **PENDÊNCIA. INCOMPETÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.** 1. **Segundo a previsão expressa do art. 1.029, § 5º, do CPC/2015, a competência do STJ para apreciar requerimentos de tutela provisória somente se inicia após a publicação da decisão de admissibilidade do recurso especial.** 2. No caso concreto, o recurso nem sequer foi interposto, a evidenciar a incompetência do STJ para examinar o pedido. 3. Embargos de declaração recebidos como agravo interno, ao qual se nega provimento. (EDcl no TP 95/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 21/02/2017) [grifou-se]

Na hipótese, consoante afirma a própria requerente, denota-se que a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia **ainda não realizou o juízo de admissibilidade do apelo extremo (fl. 06, e-STJ):**

Por estar o Recurso Especial pendente da análise de prelibação junto ao Tribunal *a quo*, tem-se que a competência para a análise da concessão de efeito suspensivo, à prima oculi, dar-se-ia nos termos contidos no art. 1.029 e §§ do CPC.

Verifica-se, portanto, a ausência de qualquer forma de abertura ou instauração da competência recursal do Superior Tribunal de Justiça, essencialmente vinculada a existência de reclamo constitucionalmente previsto, restando carente a demonstração de qualquer circunstância hábil a ensejar o afastamento da regra acima explicitada.

2. Ante o exposto, com fulcro no artigo 288 do RISTJ c/c artigo 1.029, § 5º, do CPC/15, **indefiro liminarmente** a pretensão deduzida por meio da presente petição.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

